



Percepção de Risco e Comunicação Pública em Contextos de Emergência Climática: o Caso do Boqueirão (Curitiba)

Trabalho apresentado no GT04 – Comunicação Pública, Cidadania, Educação e Meio Ambiente, do III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública (ComPública), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 20 a 22 de outubro de 2025.

Marcos Jose Zablonsky¹
Ketlyn da Cunha Roque²
Sarah Canci Vieira³
Murilo Noli da Fonseca⁴
Luciene Pimentel da Silva⁵

RESUMO

As mudanças climáticas intensificam ondas de calor, que impactam desigualmente populações urbanas e evidenciam vulnerabilidades sociais. Este artigo analisa a percepção da população do bairro Boqueirão, em Curitiba, sobre ondas de calor e canais de informação. A pesquisa combinou survey com 384 moradores, oficinas participativas e cartografia social, dialogando com referenciais da comunicação pública, educomunicação e saúde coletiva articulados à ciência climática. Os resultados apontam a TV aberta (74,5%) como principal canal entre públicos de menor escolaridade, enquanto redes sociais (40%) e WhatsApp (35%) prevalecem entre mais escolarizados. Conclui-se que a comunicação pública, integrada à comunitária, deve ser multicanal e participativa para reduzir desigualdades, fortalecer resiliência e promover justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; ondas de calor; comunicação comunitária; justiça climática.

1. Introdução

A emergência climática tornou-se um dos maiores desafios contemporâneos, com impactos intensos e desiguais sobre populações urbanas. Entre os eventos meteorológicos extremos, as ondas de calor figuram como risco crescente e, paradoxalmente, ainda pouco

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU/PUCPR) | e-mail: marcos.zablonsky@pucpr.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU/PUCPR) | e-mail | ketlyn.roque@pucpr.edu.br

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (PUCPR) | e-mail: | sarah.canci@pucpr.edu.br

⁴ Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU/PUCPR) | murilonoli@gmail.com

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU/PUCPR) | pimentel.luciene@pucpr.br



visível. O IPCC (2023) alerta para a intensificação desse fenômeno em frequência, duração e severidade, enquanto a WMO (2024) e o Copernicus Climate Change Service (2024) confirmam que 2023 foi o ano mais quente já registrado globalmente. No Brasil, entre 2000 e 2018, 48 mil pessoas morreram por agravos diretos e indiretos associados ao calor extremo (Santos et al., 2024), evidenciando que os impactos climáticos assumem também a dimensão de crise sanitária.

Contudo, tais efeitos não atingem todos da mesma forma. A literatura sobre injustiça climática (Rodrigues & Pereira, 2022) destaca que populações em maior vulnerabilidade socioeconômica moradores de assentamentos precários, idosos, crianças, pessoas com doenças crônicas sofrem de maneira desproporcional tanto pelos impactos diretos quanto pelas barreiras de acesso à informação e às políticas de adaptação. Essa desigualdade é reforçada pelo conceito de “racismo ambiental” (Acselrad, 2008), que evidencia como territórios mais pobres e racializados concentram riscos e, ao mesmo tempo carecem de infraestrutura para enfrentá-los. A justiça climática, portanto, não é apenas uma pauta ambiental, mas também social e política, exigindo que o Estado e a sociedade desenvolvam estratégias que combinem mitigação, adaptação e comunicação inclusiva.

O tema ganha ainda mais relevância diante da realização da COP-30 (Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), que ocorrerá em 2025, em Belém do Pará. Trata-se do maior encontro internacional sobre mudanças climáticas, reunindo chefes de Estado, cientistas, organizações não governamentais e movimentos sociais. A escolha do Brasil como sede sinaliza a importância estratégica do país no enfrentamento da crise climática, seja pelo papel da Amazônia como regulador climático global, seja pela vulnerabilidade de suas cidades a enchentes, secas e ondas de calor. Esses encontros globais reforçam a necessidade de discutir o cuidado com as cidades, considerando que mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas e que a qualidade de vida urbana está diretamente ligada à adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

A COP-30 oferece uma oportunidade única para colocar esses debates em evidência e reforçar compromissos globais e locais. Para o Brasil, o desafio não é apenas reduzir emissões, mas sobretudo adaptar suas cidades para enfrentar extremos climáticos e garantir que direitos básicos como o acesso à informação, à saúde e ao ambiente urbano



saudável sejam assegurados a todos. Como afirma Martinez-Alier (2016), a justiça climática está diretamente associada ao direito à vida digna e à luta contra desigualdades socioambientais, exigindo novos pactos de governança entre governos, setor privado e sociedade civil.

É nesse ponto que a comunicação pública assume papel estratégico. Se a emergência climática é atravessada por desigualdades, o acesso à informação deve ser compreendido como direito social fundamental. A comunicação pública, quando articulada à comunicação comunitária, torna-se espaço de tradução entre a ciência climática e o cotidiano das comunidades, permitindo que populações vulneráveis compreendam os riscos e se mobilizem coletivamente. O caso do bairro Boqueirão em Curitiba, analisado neste artigo, insere-se justamente nessa interseção entre ciência, políticas públicas e cidadania, oferecendo um recorte empírico para refletir sobre como a informação ou sua ausência pode ampliar ou reduzir vulnerabilidades frente às ondas de calor.

A partir dessa realidade, emerge a necessidade de discutir o papel da comunicação pública como política estratégica. O acesso à informação, a transparência e a possibilidade de participação cidadã são condições fundamentais para que populações urbanas enfrentem e se adaptem a fenômenos climáticos extremos. A pesquisa buscou investigar a percepção da população do Boqueirão (Curitiba) sobre os riscos associados às ondas de calor, identificar os canais de informação utilizados e discutir a comunicação pública como eixo de convergência entre participação cidadã, saúde coletiva e justiça climática.

2. Desenvolvimento

A comunicação pública constitui-se como eixo estruturante da vida democrática e condição para o exercício da cidadania. Para Habermas (1989), a esfera pública depende do acesso equitativo à informação e do diálogo racional entre os cidadãos. No entanto, em sociedades marcadas pela desigualdade, como a brasileira, a esfera pública se fragiliza pela exclusão de vozes e pela assimetria na circulação de informações. Pensar a comunicação pública em contextos de emergência climática exige, portanto, reconhecer



que a fragmentação comunicacional compromete o direito à informação, um dos pilares do direito à cidade.

Na perspectiva brasileira, Kunsch (2003) reforça que a comunicação pública deve ser compreendida como prática integrada, que ultrapassa a dimensão instrumental para assumir caráter de política pública voltada ao interesse coletivo. Pelluzzo (2010) complementa ao destacar que a comunicação comunitária não se limita à difusão de mensagens, mas busca a construção de sentidos coletivos e a promoção de diálogos horizontais, fundamentais em territórios vulneráveis. Essa dimensão é particularmente relevante quando se trata da circulação de informações sobre riscos climáticos, pois a comunicação deve ser capaz de mobilizar redes locais de solidariedade e ação.

A literatura latino-americana também contribui para essa compreensão. Freire (1987), ao enfatizar a pedagogia do diálogo, e Moreno (2006), ao propor uma comunicação orientada para o desenvolvimento, lembram que os processos comunicacionais só se tornam transformadores quando são participativos, construídos com e não apenas para as comunidades. Nesse sentido, a comunicação pública, articulada à comunicação comunitária, emerge como espaço de convergência entre informação científica, políticas públicas e protagonismo social.

A crise climática intensifica a urgência desse debate. O IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change (2023) e a WMO - World Meteorological Organization (2024) alertam que ondas de calor, secas e enchentes tendem a aumentar em frequência e intensidade nas próximas décadas, impactando de maneira desproporcional populações vulneráveis. No Brasil, Paulo Artaxo (2025, *Estudos Avançados*) sustenta que as emissões correntes inviabilizam a contenção do aquecimento global abaixo de 2 °C, tornando inevitável enfrentar consequências já mensuráveis, sobretudo nas cidades. De modo similar, Carlos Nobre (2023, entrevista ao CEMADEN) alerta que ondas de calor e enchentes deixam de ser eventos excepcionais para se tornarem parte integrante da nova normalidade climática. Essa urgência científica se amplia com os estudos de Ilana Wainer (2024), que investiga mudanças na circulação oceânica como na AMOC e mostra como tais alterações podem intensificar extremos climáticos na América do Sul.

Essas contribuições evidenciam que a emergência climática no Brasil já está consolidada em evidências científicas robustas. O desafio é garantir que esse conhecimento seja traduzido em informação acessível, clara e mobilizadora. Nesse ponto,



a comunicação pública se apresenta como ponte essencial entre ciência, gestão urbana e cidadania ativa. Como lembra Waisbord (2019), enfrentar os desafios da fragmentação da esfera pública requer estratégias multicanais, enquanto Castells (1999) destaca que o poder circula em redes de informação, das quais as populações periféricas não podem ser excluídas.

Entretanto, compreender a crise climática apenas como fenômeno ambiental seria limitar a análise de suas dimensões sociais e urbanas. Henri Lefebvre (1968/2001), ao formular o conceito de *direito à cidade*, mostrou que a urbanização é processo político, carregado de disputas de poder e apropriação desigual dos espaços. Nos dias atuais, esse direito precisa ser lido também como direito ao clima urbano saudável, incorporando questões como sombra, ventilação, acesso a áreas verdes e mitigação das ilhas de calor. Pesquisadores contemporâneos têm interpretado o clima urbano como bem comum (commons), inspirado tanto em Lefebvre quanto em Ostrom, argumentando que ar limpo, temperaturas suportáveis e condições de conforto térmico são direitos coletivos e não privilégios restritos a determinadas áreas da cidade.

Nesse sentido, Pereira (2023) e outros estudiosos têm reforçado que a teoria da produção do espaço contém uma dimensão ecológica implícita, que permite interpretar a cidade como ecossistema. Essa leitura amplia a fundamentação teórica ao conectar o espaço urbano com os processos climáticos, evidenciando que a segregação espacial se converte também em injustiça climática. Populações em bairros periféricos, como o Boqueirão, acabam expostas a maiores riscos devido à precariedade habitacional, à baixa arborização e à ausência de infraestrutura adaptativa.

No Brasil, estudos aplicados têm chamado atenção para a relação entre políticas públicas urbanas e riscos climáticos. Luciene Pimentel da Silva (2021), ao avaliar estratégias de articulação das políticas públicas urbanas na Região Sul, evidencia que a gestão ainda é fragmentada e pouco integrada quando se trata de mitigar ou prevenir desastres induzidos pelas mudanças climáticas, como inundações e ondas de calor. A autora ressalta que a ausência de articulação entre planejamento territorial, saneamento e adaptação climática amplia vulnerabilidades socioambientais que poderiam ser minimizadas por meio de políticas públicas mais consistentes.

Essa perspectiva permite articular a teoria urbana crítica de Lefebvre que reivindica o direito à cidade como espaço de justiça social e ambiental com a análise



aplicada de Pimentel da Silva, que denuncia lacunas estruturais nas políticas brasileiras. Ambas as contribuições reforçam que a adaptação climática exige não apenas tecnologia, mas também integração institucional, participação cidadã e comunicação pública qualificada.

Além das dimensões institucionais, é necessário destacar o papel da sociedade civil organizada. Movimentos sociais urbanos, associações comunitárias, ONGs ambientais e universidades têm contribuído para a criação de agendas locais de resiliência, promovendo a conscientização cidadã e pressionando por políticas mais efetivas. Nesse sentido, a comunicação pública deve ser compreendida como processo bidirecional: não apenas o Estado comunicando-se com a sociedade, mas a sociedade também se comunicando com o Estado, reivindicando direitos, propondo soluções e fiscalizando ações.

Inspirados nos estudos de Ostrom (1990), que demonstrou que comunidades podem autogerir recursos comuns por meio de instituições locais sustentáveis, podemos estender essa lógica para o clima urbano: ar limpo, ventilação adequada e conforto térmico passam a ser entendidos como bens comuns, cuja gestão não pode depender apenas do Estado ou do mercado, mas deve envolver processos participativos e comunitários.

Portanto, ao reunir autores clássicos da comunicação (Habermas, Kunsch, Pelluzzo, Brandão), da pedagogia dialógica (Freire, Moreno), da teoria urbana crítica (Lefebvre, Ostrom) e da ciência climática (Artaxo, Nobre, Wainer, Pimentel da Silva), constrói-se uma fundamentação que aponta para a necessidade de compreender a comunicação pública não apenas como instrumento técnico de transmissão de informações, mas como campo estratégico de justiça climática e qualidade de vida urbana. Esse olhar possibilita que a comunicação seja entendida como direito coletivo, prática cidadã e política pública essencial para mitigar os impactos do aquecimento global e das ondas de calor nas cidades.

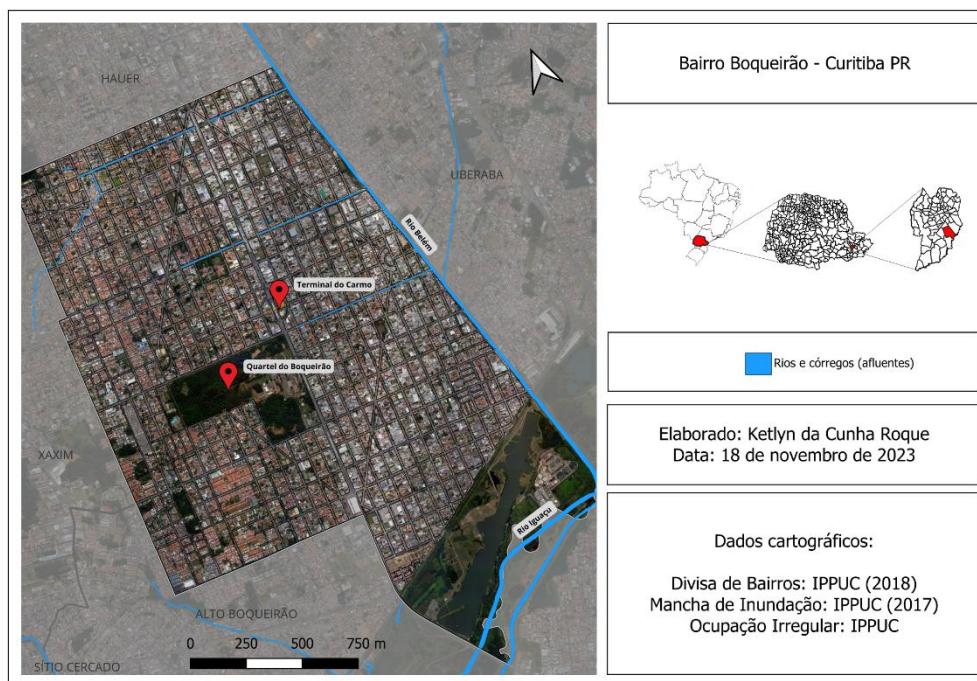
3. Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada no bairro Boqueirão, em Curitiba, área identificada como de alto risco para ondas de calor pelo Plano de Ação Climática de Curitiba (IPPUC, 2016).



Com aproximadamente 68 mil habitantes distribuídos em 14,8 km², o bairro apresenta forte heterogeneidade socioeconômica, combinando áreas de classe média consolidada com assentamentos precários e de baixa renda, o que o torna um território marcado por desigualdades. Localizado na região sudeste de Curitiba, apresenta características urbanísticas marcadas por uma ocupação consolidada e predominância de uso residencial. A análise da cobertura superficial do bairro, com base em estudos técnicos e acadêmicos, revela uma significativa predominância de áreas impermeáveis em relação às áreas verdes, o que levanta preocupações quanto à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida urbana.

FIGURA 1 – Localização do bairro Boqueirão na cidade de Curitiba



Fonte: Os autores (2025).

Aproximadamente 70% da superfície do Boqueirão é composta por áreas impermeáveis, incluindo vias asfaltadas, calçadas, terminal de ônibus, rua da cidadania, estacionamentos e edificações. Em contrapartida, as áreas verdes que englobam praças, vegetação espontânea e zonas de preservação representam apenas cerca de 30% da cobertura superficial. Essa desproporção é indicativa de uma urbanização intensiva, com impactos diretos sobre o microclima local, a drenagem urbana e a biodiversidade.



A amostra foi composta por 384 moradores, entrevistados por meio de survey estruturado em escala de Likert. Segundo Babbie (2010), pesquisas survey permitem mapear percepções e atitudes de populações, oferecendo dados comparáveis e sistemáticos sobre comportamentos sociais. O questionário aplicado contemplou cinco dimensões: (1) percepção de risco climático; (2) efeitos do calor sobre o bem-estar físico e mental; (3) condições das residências frente ao calor extremo; (4) canais de comunicação utilizados; e (5) expectativas em relação ao poder público.

Além do survey, foram realizadas entrevistas exploratórias com lideranças locais, a fim de captar narrativas e interpretações sobre o tema. Esse recurso metodológico, como afirmam Minayo (2001) e Triviños (1987), é essencial para compreender significados e práticas sociais em profundidade, permitindo que os sujeitos expressem suas experiências e percepções de maneira contextualizada.

Também foram conduzidas rodas de conversa e oficinas participativas, baseadas nos princípios da educomunicação e da pesquisa participante. Para Freire (1987), o diálogo horizontal é elemento central no processo de conscientização, ao passo que Brandão (2003) reforça que práticas coletivas, como rodas de conversa, estimulam a troca de saberes e o empoderamento comunitário. Tais oficinas possibilitaram a escuta ativa dos participantes e a co-produção de propostas comunicacionais voltadas à prevenção dos riscos climáticos.

A equipe também utilizou cartografia social para identificar zonas de maior vulnerabilidade informacional, recurso metodológico que, segundo Acselrad (2008), permite aos próprios moradores reconhecerem e representar seus territórios, revelando desigualdades espaciais e condições locais de risco.

Os dados quantitativos foram tratados por meio de análise estatística descritiva e cruzamentos sociodemográficos, com destaque para escolaridade e faixa etária, o que possibilitou interpretar diferenças no acesso a canais de informação e na percepção de risco climático. Já os dados qualitativos foram analisados em perspectiva interpretativa, buscando identificar narrativas recorrentes, percepções coletivas e lacunas de informação.

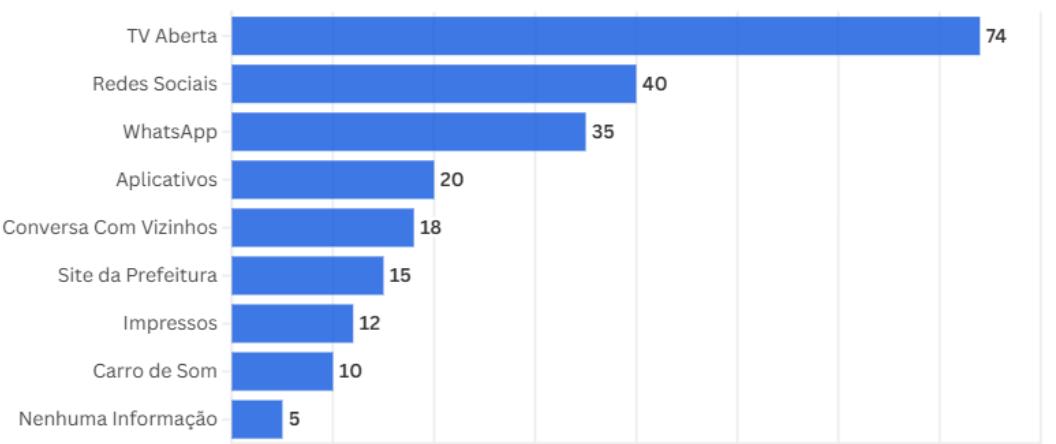


4. Resultados

Os resultados apontam para um cenário de percepção limitada das ondas de calor como risco climático. Apenas 27,27% dos entrevistados afirmaram “sempre” perceber o aumento de dias quentes, enquanto 29,09% declararam perceber “muitas vezes”. Em relação à saúde, 38,71% relataram que o calor interfere “muito” ou “extremamente” em seu bem-estar físico e mental. Apenas 23,64% consideraram suas residências “muito” ou “extremamente quentes”, e 36,36% se disseram “muito preocupados” com os efeitos das ondas de calor.

Quanto aos canais de informação utilizados para situações de calor extremo, os dados revelam forte predominância da TV aberta (74,5%), seguida por redes sociais (40%) e WhatsApp (35%). Aplicativos especializados, como os da Defesa Civil, aparecem em 20% das respostas, e o site da Prefeitura em apenas 15%. Recursos de comunicação comunitária, como carro de som (10%), informativos impressos (12%) e conversa com vizinhos (18%), também foram mencionados. Destaca-se ainda que 5% da população afirmou não receber qualquer informação sobre o tema.

FIGURA 2 – Meios de comunicação utilizados para se informar sobre calor extremo
(n=384)



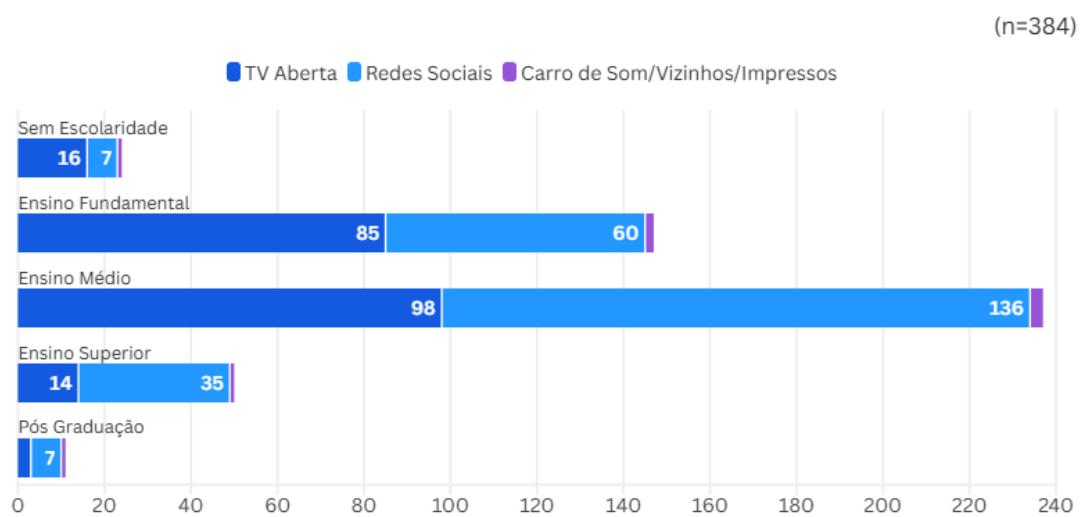
Fonte: levantamento dos autores (2025).

A TV aberta confirma-se como canal hegemônico de informação, especialmente entre os grupos de menor escolaridade e idade avançada. Redes sociais e WhatsApp, por



sua vez, assumem papel complementar, sobretudo entre os jovens. Os canais institucionais digitais, como aplicativos e o site da Prefeitura, apresentam baixa adesão, revelando uma lacuna na comunicação pública oficial. A presença de 5% de moradores que não recebem nenhuma informação é particularmente preocupante, pois configura uma exclusão comunicacional crítica. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias multicanais e redundantes, combinando televisão, redes digitais e comunicação comunitária para ampliar o alcance e reduzir desigualdades.

FIGURA 3 – Canais de comunicação segundo a escolaridade dos respondentes



Fonte: levantamento dos autores (2025).

O cruzamento evidencia que a escolaridade é determinante para o acesso e uso dos canais de informação. Entre moradores com ensino fundamental e médio, predominam a TV aberta, o carro de som, os impressos e a conversa com vizinhos, o que demonstra a importância da comunicação comunitária e tradicional nesses grupos. Já entre aqueles com ensino superior e pós-graduação, sobressaem redes sociais, WhatsApp, aplicativos e site da Prefeitura, revelando maior integração aos fluxos digitais e institucionais. Essa clivagem confirma que há uma desigualdade informacional que se sobrepõe à desigualdade social, indicando que a comunicação pública precisa ser segmentada, personalizada e multicanal para garantir efetividade.



5. Discussão

Os resultados obtidos no Boqueirão evidenciam que as ondas de calor permanecem como riscos subestimados e muitas vezes invisíveis no imaginário social, apesar dos efeitos diretos sobre a saúde coletiva. Esse fenômeno dialoga com a literatura que trata tais eventos como “desastres silenciosos” (Santos et al., 2024), pois diferentemente de enchentes ou deslizamentos, não produzem marcas físicas imediatas, o que dificulta sua percepção como ameaça. A invisibilidade social do calor extremo compromete a capacidade de resposta das comunidades e limita a pressão sobre o poder público para a formulação de políticas de adaptação.

Os resultados obtidos revelam que a percepção sobre ondas de calor ainda é fragmentada e insuficiente diante da gravidade dos impactos previstos pela ciência climática. Apenas 27,27% dos entrevistados afirmaram sempre perceber o aumento de dias quentes, e 38,71% relataram efeitos significativos sobre a saúde física e mental. Esse dado confirma o que Santos et al. (2024, p. 2) denominaram de “*desastres silenciosos*”, isto é, eventos que não deixam marcas físicas imediatas, mas que produzem impactos cumulativos sobre a saúde e o bem-estar das populações.

A predominância da TV aberta (74,5%) como principal fonte de informação confirma que os meios de massa tradicionais continuam exercendo papel central na circulação de mensagens em situações de risco e demonstre a permanência dos meios de massa como centrais na formação de opinião, também expõe o caráter unidirecional dessa comunicação. Entretanto, os dados mostram que essa centralidade é acompanhada por desigualdades no acesso e pela dependência de formatos unidirecionais de comunicação. Como afirma Brandão (2007), a comunicação pública deve ser compreendida como direito e prática cidadã, mas isso exige superar modelos verticalizados e incorporar dimensões dialógicas e horizontais. Nesse sentido, embora a televisão seja canal fundamental para garantir capilaridade, sua eficácia depende de articulação com outros canais capazes de engajar, ouvir e dialogar com as comunidades.

O cruzamento entre escolaridade e canais de informação (Figura 3) evidenciou uma clivagem informacional relevante: enquanto moradores com menor escolaridade permanecem dependentes da TV aberta e de recursos comunitários como carro de som e impressos, os grupos de maior escolaridade diversificam suas fontes, acessando redes



sociais, aplicativos digitais e canais institucionais. Essa desigualdade confirma que a crise climática é atravessada também por uma dimensão comunicacional, na qual populações mais vulneráveis enfrentam barreiras de acesso à informação qualificada. Como lembra Waisbord (2019), a fragmentação da esfera pública contemporânea exige estratégias de comunicação que considerem múltiplas plataformas e públicos. Esse dado corrobora a afirmação de Recuero (2014, p. 19) de que “as redes sociais digitais constituem ecossistemas de conversação, onde circulam discursos múltiplos e ressignificados”, mas acessíveis de forma desigual. Para Primo (2019, p. 66), “a interação mediada pelas plataformas digitais redefine a esfera pública, aproximando atores institucionais e cidadãos”, o que ajuda a explicar por que públicos mais escolarizados ampliam sua diversificação de fontes. Para Habermas (1989, p. 36), “a esfera pública se realiza na medida em que os fluxos comunicacionais possibilitam a circulação de opiniões e posições”. A dependência de canais massivos, sem contrapartida dialógica, limita a apropriação crítica das informações e reduz a possibilidade de engajamento comunitário.

A presença de 5% de moradores sem acesso a qualquer informação sobre ondas de calor é particularmente alarmante, pois representa exclusão comunicacional que pode significar riscos diretos à vida em contextos extremos. Essa exclusão contraria o princípio defendido por Habermas (1989) de igualdade de acesso à esfera pública e reforça a ideia de que a comunicação pública deve ser tratada como direito social. Esses cidadãos estão duplamente vulneráveis: vivem em áreas mais expostas a riscos climáticos e não acessam informações mínimas para agir. Como destaca Acselrad (2008, p. 15), “o racismo ambiental se expressa na distribuição desigual dos riscos, que recaem de forma sistemática sobre populações empobrecidas e marginalizadas”. Essa exclusão informacional representa uma forma de injustiça ambiental e comunicacional, pois compromete a capacidade adaptativa das comunidades mais frágeis.

Para enfrentar essa lacuna, é fundamental pensar em políticas de comunicação multicanal e inclusivas, que combinem a força dos meios tradicionais com as potencialidades das redes digitais e das estratégias comunitárias de proximidade.

A comunicação comunitária, como destacam Kunsch (2003) e Pelluzzo (2010), pode desempenhar papel fundamental nesse processo. No caso do bairro Boqueirão, onde a conversa entre vizinhos e os impressos ainda aparecem como canais significativos, ações de educomunicação e mobilização comunitária podem ampliar a percepção de risco



e criar redes locais de apoio. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que integrem comunicação de massa, estratégias digitais e comunicação comunitária em uma lógica complementar.

Além disso, a análise dos resultados deve ser articulada com a ciência climática. Nobre (2023) alerta que ondas de calor tendem a se tornar recorrentes no Brasil, e Artaxo (2025) sustenta que os impactos já são sentidos de maneira desproporcional nas populações urbanas vulneráveis. No Boqueirão, essa previsão científica se materializa em desigualdades comunicacionais: justamente os mais expostos ao risco moradores de baixa escolaridade e com menos acesso a canais digitais são aqueles que recebem informações de forma limitada e fragmentada. Isso reforça a tese da injustiça climática, na qual os mais vulneráveis são também os menos informados e, consequentemente, os menos preparados para agir.

A perspectiva crítica de Luciene Pimentel da Silva (2021) complementa essa análise ao mostrar que políticas urbanas brasileiras ainda são pouco integradas quando se trata de enfrentar riscos climáticos. A falta de articulação entre planejamento territorial, saneamento e adaptação climática amplia vulnerabilidades estruturais, que se somam à exclusão informacional identificada na pesquisa. Portanto, a comunicação pública, quando ausente ou insuficiente, contribui para perpetuar desigualdades socioambientais.

Se faz necessário ressaltar o papel da sociedade civil e das organizações locais na produção e circulação de informações. Experiências de associações comunitárias, ONGs e universidades podem contribuir para preencher lacunas estatais, promovendo campanhas educativas, oficinas participativas e sistemas de alerta mais próximos das comunidades. Essa articulação entre sociedade, Estado e ciência materializa o que Ostrom (1990) chamou de gestão coletiva dos bens comuns: no caso, o clima urbano e a informação pública. A comunicação pública, nesse contexto, não é apenas transmissão de dados, mas campo de disputa política, de cidadania e de construção de justiça climática.

Nesse sentido, a discussão sobre justiça climática torna-se indispensável. Para Rodrigues e Pereira (2022, p. 118), “a justiça climática exige equidade nas políticas de adaptação e mitigação, sob pena de aprofundar desigualdades já existentes”. Da mesma forma, Martinez-Alier (2016, p. 55) sustenta que “a luta por justiça climática é inseparável da luta contra a pobreza e pela dignidade humana”. No caso do bairro Boqueirão, os resultados mostram que a ausência de políticas comunicacionais equitativas reproduz a



desigualdade social na esfera climática, deixando sem voz justamente aqueles que mais sofrem os impactos.

A comunicação comunitária, nesse cenário, é ferramenta essencial. Peruzzo (2006, p. 22) lembra que “a comunicação comunitária contribui para a organização popular e fortalece a participação cidadã, dando visibilidade a vozes que costumam ser silenciadas”. O peso que os respondentes de baixa escolaridade atribuíram a canais como carro de som, impressos e conversas entre vizinhos demonstra a importância desses meios de proximidade. Na mesma linha, Cesca (2006, p. 64) afirma que “a comunicação comunitária deve ser vista como práxis transformadora, que constrói identidades coletivas e promove cidadania ativa”.

Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que integrem meios de massa, mídias digitais e canais comunitários. Kunsch (2003, p. 79) argumenta que “a comunicação pública é processo de mão dupla, que envolve transparência e participação cidadã”, e Pelluzzo (2010, p. 45) acrescenta que “a comunicação comunitária rompe com a lógica unilateral, permitindo a construção de sentidos compartilhados”. Isso significa que enfrentar as ondas de calor no bairro Boqueirão não é apenas um desafio científico ou urbano, mas sobretudo comunicacional.

A discussão ganha ainda mais consistência quando articulada à ciência climática. Nobre (2023) alerta que “eventos extremos deixarão de ser exceção para compor a nova normalidade climática” (CEMADEN, entrevista). Artaxo (2025, p. 10) enfatiza que “os efeitos do aquecimento global já são sentidos nas cidades brasileiras”, especialmente nas populações vulneráveis. E Wainer (2024) alerta que “alterações nas correntes oceânicas podem intensificar extremos climáticos na América do Sul”. Confrontados com os dados do Boqueirão, esses diagnósticos revelam que a desigualdade informacional reforça a injustiça climática: justamente os mais expostos aos riscos são os que menos recebem informações adequadas.

Portanto, os resultados empíricos do bairro Boqueirão não podem ser lidos isoladamente. Eles se inserem em um contexto mais amplo de fragmentação da esfera pública, como define Waisbord (2019, p. 42): “o desafio da comunicação contemporânea está em reconstruir vínculos sociais em meio à dispersão das plataformas midiáticas”. Enfrentar esse desafio exige estratégias multicanais, participativas e contextualizadas, capazes de transformar a informação científica em conhecimento socialmente útil.



6. Conclusão

A análise da percepção de risco e dos canais de informação utilizados pelos moradores do Boqueirão confirma que a emergência climática é atravessada por uma forte desigualdade informacional. Populações de menor escolaridade permanecem dependentes da TV aberta e da comunicação comunitária tradicional, enquanto os mais escolarizados diversificam suas fontes, acessando meios digitais e institucionais. Essa clivagem reproduz a injustiça climática: justamente aqueles mais vulneráveis ao calor extremo são os que têm menor acesso a informações qualificadas para prevenção e adaptação.

Nesse cenário, a comunicação pública deve ser compreendida como eixo estruturante de políticas de adaptação urbana e de promoção da saúde coletiva. Não se trata de uma dimensão acessória, mas de um campo estratégico em que convergem ciência, cidadania e políticas públicas. Habermas (1989) nos lembra que a esfera pública exige igualdade de acesso; Kunsch (2003) e Pelluzzo (2010) reforçam que a comunicação comunitária é indispensável para que populações vulneráveis se reconheçam como sujeitos do processo; Lefebvre (2001) acrescenta que o direito à cidade inclui também o direito a um clima urbano saudável; e Ostrom (1990) demonstra que bens comuns só podem ser preservados por meio de governança compartilhada. Essa exclusão da informação compromete o ideal de esfera pública democrática, como formulado por Habermas (1989, p. 36), para quem “a esfera pública depende do acesso igualitário e da circulação de opiniões”. Quando populações vulneráveis são privadas de informação, perdem não apenas a chance de se proteger, mas também o direito de participar do debate público sobre o futuro climático de suas cidades.

Assim, a experiência do Boqueirão mostra que a comunicação pública deve ir além da difusão de alertas. Ela precisa engajar, educar e mobilizar, traduzindo riscos em práticas cotidianas de proteção à saúde e de fortalecimento da resiliência social. Para isso, é essencial diversificar ferramentas e linguagens comunicacionais que dialoguem com diferentes públicos:

- Produção de podcasts comunitários, em linguagem simples e acessível, capazes de explicar os riscos climáticos e apresentar medidas práticas de proteção individual e coletiva.



- Postagens em redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp), aproveitando a capilaridade digital para atingir os jovens e conectar mensagens institucionais a conteúdos compartilháveis e interativos.
- Fortalecimento das rádios comunitárias, que ainda desempenham papel central em bairros populares e podem difundir alertas, entrevistas com especialistas e campanhas educativas em tempo real.
- Eventos comunitários de sensibilização, como feiras de sustentabilidade, mutirões de arborização e oficinas de prevenção, que transformam o tema em prática concreta e vivência coletiva.
- Inserção de temáticas climáticas em escolas e colégios do bairro, com projetos pedagógicos sobre sustentabilidade e bem-estar, capazes de sensibilizar tanto os estudantes quanto suas famílias, criando um efeito multiplicador de conscientização.

Essas ferramentas mostram que a comunicação pública pode ser tanto institucional (campanhas televisivas, aplicativos de alerta) quanto comunitária (rádios locais, podcast, rodas de conversa, feiras de sustentabilidade), compondo uma rede multicanal e participativa. Essas estratégias complementares respondem diretamente às lacunas apontadas nos dados: a necessidade de chegar aos grupos mais vulneráveis, a importância de redundância comunicacional e a urgência de transformar a informação em engajamento comunitário.

A experiência do bairro Boqueirão evidencia que a comunicação pública é o ponto de convergência capaz de transformar a informação em ação, a ciência em participação e a cidadania em resiliência. Reconhecer esse papel é essencial para avançar em direção a cidades mais justas, democráticas e sustentáveis, onde enfrentar ondas de calor e outros extremos climáticos não seja apenas questão de sobrevivência, mas de fortalecimento da vida em comum.

Nesse cenário, a comunicação pública deve ser compreendida como política de justiça climática. Kunsch (2003, p. 79) recorda que “a comunicação pública só se realiza quando promove diálogo e participação cidadã”, enquanto Cesca (2006, p. 64) enfatiza que “a comunicação comunitária fortalece identidades coletivas e organiza práticas de cidadania ativa”. Esses princípios confirmam que a informação não pode ser reduzida a transmissões unidireccionais, mas deve constituir processos de engajamento social.



A ciência climática reforça a urgência dessa tarefa. Artaxo (2025, p. 10) adverte que “o aquecimento global já está produzindo efeitos visíveis nas cidades brasileiras, especialmente entre populações vulneráveis”. Nobre (2023) acrescenta que eventos extremos serão cada vez mais comuns e menos previsíveis”. (CEMADEN, entrevista), e Wainer (2024) alerta que “mudanças nas correntes oceânicas podem intensificar extremos climáticos na América do Sul”. Esses alertas mostram que a comunicação pública deve assumir papel ativo de tradução da ciência para a vida cotidiana.

Por fim, a comunicação pública deve ser compreendida como política de justiça climática, capaz de reduzir desigualdades, garantir acesso equitativo ao direito à informação e fortalecer a participação cidadã. A justiça climática deve ser entendida como horizonte normativo. Martinez-Alier (2016, p. 55) sustenta que “a justiça climática é inseparável da luta pela dignidade humana”, e Acselrad (2008, p. 15) alerta que “os riscos ambientais recaem de forma desproporcional sobre as populações marginalizadas”. As universidades e centros de pesquisa, como no caso desta investigação, têm papel fundamental na produção de conhecimento aplicado, na capacitação de lideranças locais e na formulação de estratégias comunicacionais integradas.

Conclui-se, portanto, que a comunicação pública, quando articulada à comunicação comunitária, não deve ser vista como acessório, mas como eixo estratégico para enfrentar a crise climática nas cidades. Ao reduzir desigualdades, democratizar a informação e fortalecer a cidadania, ela se torna ferramenta indispensável para transformar o conhecimento científico em ação coletiva e para assegurar o direito de todos a um clima urbano saudável.

7. Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: lutas por igualdade e reconhecimento. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará**, 2008.

ARTAXO, Paulo. COP-30 e o agravamento da crise climática – caminhos para a construção de uma sociedade sustentável. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 115, p. 7-30, 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRANDÃO, Elizabeth. Comunicação pública como direito à comunicação: interfaces e possibilidades. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 30, n. 1, p. 47-63, 2007.



BUSS, Paulo; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Saúde em Debate**, v. 31, n. 73, p. 21-33, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESCA, Claudia Peixoto de Moura. Comunicação comunitária: a construção de um conceito em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1989.

IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano de Ação Climática de Curitiba: IPPUC, 2016**.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: **Summus**, 2003.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: **Centauro**, 2001 [1968].

MARTINEZ-ALIER, Joan. **Justiça ambiental e justiça climática**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MORENO, Rosa María Alfaro. Otra brújula: innovaciones en comunicación y desarrollo. Lima: **Calandria**, 2006.

NOBRE, Carlos. Se continuarmos com emissões, fenômenos climáticos serão mais extremos. **Entrevista ao CEMADEN**, 2023. Disponível em:
<https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/carlos-nobre-se-continuarmos-com-emissoes-fenomenos-climaticos-serao-mais-extremos/>. Acesso em: 26 set. 2025.

OSTROM, Elinor. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PELLUZZO, Silvio Luiz. Comunicação comunitária e desenvolvimento local. São Paulo: Paulus, 2010.

PEREIRA, Gabriel. Natureza e produção do espaço: um olhar lefebvriano sobre a ecologia urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 2, p. 1-18, 2023.



PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: **Vozes**, 2004.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádio comunitária no Brasil: entre o ideal e o real. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 27, n. 45, p. 21-40, 2006.

PIMENTEL DA SILVA, Luciene. **Avaliação das estratégias de articulação das políticas públicas urbanas para mitigação das ameaças dos desastres climáticos na Região Sul do Brasil**. Anais da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), 2021.

PRIMO, Alex. Interações em rede: comunicação mediada pelo computador e a organização da sociedade. Porto Alegre: Sulina, 2019.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RODRIGUES, G.; PEREIRA, D. Injustiça climática: desigualdades ambientais no Brasil. **Revista de Direito Público**, v. 17, n. 2, p. 115-134, 2022.

SANTOS, D. et al. Inequalities of heat-related deaths in Brazilian cities. **Plos One**, v. 19, n. 3, e0264109, 2024.

SARRA, S.; MÜLFARTH, R. Os impactos da onda de calor de 2019 sobre a saúde. **Revista Saúde em Foco**, v. 5, n. 2, p. 77-93, 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

WAISBORD, Silvio. **The Communication Manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2019.

WAINER, Ilana. Aquecimento global ameaça principal sistema de correntes marinhas do Atlântico. **Florestal Brasil**, 2024. Disponível em: <https://florestalbrasil.com/aquecimento-global-ameaca-principal-sistema-de-correntes-marinhas-do-atlantico/>. Acesso em: 26 set. 2025.

WMO – World Meteorological Organization. **State of the Global Climate 2023**. Geneva: World Meteorological Organization, 2024.

ZÉMOR, Pierre. La communication publique. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.